

PEDRO CARLOS BITENCOURT MARCONDES

# SERVIDOR PÚBLICO

---

## TEORIA E PRÁTICA



O presente trabalho é fruto da experiência amalhada pelo autor ao longo de mais de vinte anos como magistrado e professor universitário, em especial, na área de Direito Público.

A obra em comento propõe-se a apresentar, sob aspectos práticos e teóricos, o regime jurídico dos servidores públicos, os contornos constitucionais e as conotações decorrentes do vínculo estabelecido entre tais pessoas e o Poder Público.

Destina-se especialmente a graduandos em Direito, profissionais que atuam nas áreas afins ao Direito Público, em especial, ao Direito Administrativo.

*Autor*

**Pedro Carlos Bitencourt Marcondes**

# SERVIDOR PÚBLICO

## Teoria e Prática

*Área Específica*

Direito Administrativo.

*Áreas Afins*

Direito Público. Direito Constitucional.

*Público-Alvo - Consumidores*

Graduandos e profissionais do Direito.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000954

M321s	<p>Marcondes, Pedro Carlos Bitencourt  Servidor Público: teoria e prática / Pedro Carlos Bitencourt Marcondes. Belo Horizonte: Fórum, 2016.</p> <p>325 p.  ISBN 978-85-450-0120-1</p> <p>1. Direito administrativo. 2. Direito público. 3. Direito constitucional. I. Título.</p>	<p>CDD: 341.3  CDU: 342.9</p>
-------	---	-----------------------------------

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MARCONDES, Pedro Carlos Bitencourt. Servidor Público: teoria e prática. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 325p. ISBN 978-85-450-0120-1

## SUMÁRIO

---

### CAPÍTULO 1

SERVIDORES PÚBLICOS.....	13
1.1 Introdução.....	13
1.2 Conceito.....	13
1.3 Militares: servidores públicos?.....	17

### CAPÍTULO 2

INVESTIDURA.....	25
2.1 Princípio da ampla acessibilidade aos cargos, empregos e funções públicas.....	25
2.2 Concurso público.....	26
2.2.1 Critérios de seleção.....	27
2.2.2 Prazo de validade e nomeação.....	31
2.2.3 Reserva de vagas.....	37
2.3 Provimento dos cargos públicos.....	41
2.3.1 Provimento de cargos e obrigatoriedade do concurso público.....	44
2.4 Efetividade e estabilidade.....	47
2.5 Vitaliciedade.....	57

### CAPÍTULO 3

CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA.....	59
3.1 Cargo em comissão.....	59
3.2 Função de confiança (função comissionada/gratificada).....	61
3.3 Regime jurídico.....	61

3.4 A Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal, e o nepotismo no serviço público.....	65
---	----

#### **CAPÍTULO 4**

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.....	71
4.1 Noções.....	71
4.2 Requisitos.....	78
4.3 Regime jurídico.....	78
4.4 Da nulidade da contratação e seus efeitos.....	81
4.5 Da contratação de pessoal para as funções de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias prevista no art. 198, da Constituição da República.....	87
4.6 Da contratação temporária de excepcional interesse público no Estado de Minas Gerais. Leis Mineiras e controvérsias na jurisprudência do TJMG.....	91

#### **CAPÍTULO 5**

SISTEMA REMUNERATÓRIO.....	97
5.1 Conceitos .....	97
5.2 Irredutibilidade.....	100
5.3 Isonomia.....	101
5.4 Forma de fixação.....	102
5.4.1 Revisão geral.....	104
5.5 Vedação ao efeito cascata.....	105
5.6 Teto remuneratório.....	107

#### **CAPÍTULO 6**

ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES.....	121
6.1 Da regra da incompatibilidade.....	121
6.2 Hipóteses permissivas.....	122
6.3 Acumulação de proventos e vencimentos.....	128
6.4 Efeitos da acumulação ilícita .....	136

#### **CAPÍTULO 7**

SEGURIDADE SOCIAL E REGIME PREVIDENCIÁRIO.....	143
7.1 Seguridade social: saúde, previdência e assistência social .....	143
7.2 Assistência à saúde .....	144
7.3 Previdência .....	145
7.3.1 Regime próprio dos servidores públicos .....	147
7.3.2 Aposentadoria.....	159
7.3.2.1 Modalidades de aposentadoria .....	160
7.3.2.2 Forma de cálculo e reajuste dos proventos .....	169
7.3.2.3 Regras de transição .....	170
7.3.3 Previdência Complementar.....	172
7.3.4 Pensão.....	177

#### **CAPÍTULO 8**

ASSOCIAÇÃO SINDICAL E DIREITO DE GREVE.....	183
---	-----

8.1 Associação sindical.....	183
8.2 Direito de greve.....	186

## **CAPÍTULO 9**

ESTATUTO DOS SERVIDORES DA UNIÃO FEDERAL – PONTOS RELEVANTES.....	189
9.1 Introdução.....	189
9.2 Vacância, remoção e redistribuição.....	190
9.3 Vantagens.....	198
9.3.1 Introdução.....	198
9.3.2 Conceito.....	199
9.3.3 Vantagens em espécie.....	200
9.4 Férias.....	212
9.5 Licenças.....	213
9.6 Afastamentos.....	216
9.7 Concessões.....	219
9.8 Tempo de serviço.....	221

## **CAPÍTULO 10**

RESPONSABILIDADES.....	223
10.1 Responsabilidade civil e administrativa.....	224
10.2 Responsabilidade penal.....	227

## **CAPÍTULO 11**

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DO SERVIDOR PÚBLICO.....	231
11.1 Princípios: poderes e limitações.....	231
11.1.1 Princípio da legalidade.....	232
11.1.2 Princípio da oficialidade.....	233
11.1.3 Princípio da segurança jurídica.....	233
11.1.4 Princípio da boa-fé.....	235
11.1.5 Princípio da autotutela.....	236
11.1.6 Princípio do devido processo legal.....	237
11.1.7 Autoexecutoriedade.....	239
11.2 Conceito.....	241
11.3 Sindicância/inquérito administrativo.....	244
11.4 Processo administrativo propriamente dito.....	246
11.5 Penalidades: Lei nº 8.112/90 e Lei nº 869/52.....	248
11.5.1 Cassação da aposentadoria.....	254
11.6 Revisão do processo.....	256
11.7 Prazo prescricional.....	259

## **CAPÍTULO 12**

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	263
12.1 Introdução – A moralidade como elemento legitimador do exercício do poder no Estado Democrático de Direito.....	263
12.2 A moralidade pública no Brasil: vetor constitucional da atuação do Estado.....	266
12.3 Distinção (in)existente entre a moralidade e a probidade	

administrativa.....	270
12.4 Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).....	272
12.4.1 Competência legislativa.....	272
12.4.2 Sujeito passivo.....	276
12.4.3 Sujeito ativo.....	278
12.4.3.1 Agentes públicos.....	278
12.4.3.2 Terceiros.....	287
12.4.4 Tipos de improbidade.....	289
12.4.5 Sanções.....	294
12.4.6 Procedimento administrativo.....	300
12.4.7 Ação judicial.....	305
12.4.7.1 Legitimidade ativa.....	305
12.4.7.2 Legitimidade passiva.....	306
12.4.7.3 Competência.....	307
12.4.7.3.1 Da legitimidade ad processum do MP nas ações de improbidade.....	312
12.4.7.4 Fase preliminar.....	317
12.4.7.5 Prescrição.....	320
REFERÊNCIAS.....	323